Stefanello deseja extinguir o CNJ

Presidente do TJ gaúcho tratará da matéria com Nelson Jobim na reunião de amanhã em São Luís

A existência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), instituído pela emenda constitucional 45, de janeiro deste ano, e estruturado em junho, poderá ser contestada juridicamente pelo presidente do Tribunal de Justiça do Estado (TJ), desembargador Osvaldo Stefanello. "Nunca fui a favor do CNJ, mas se ele existe, reconheço, desde que aja dentro dos limites. Mas a sua atividade não vai melhorar a jurisdição." Em entrevista coletiva ontem, o desembargador defendeu uma "sublevação nacional, jurídico-institucional, contra o conselho, se for o caso até para extingui-lo".

Amanhã, em São Luís (MA), na reunião do Colégio de Presidentes de TJEs, com a presença do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do CNJ, Nelson Jobim, o desembargador vai tratar da matéria. "Se eu ficar sozinho na proposta, fico só, bancando o Dom Quixote", acrescentou. Na sua avaliação, uma medida cabível nessa questão é uma ação direta de inconstitucionalidade junto ao STF contra o CNJ ou as suas decisões. O presidente do TJ discorda das sete normas já editadas pelo CNJ, "a começar pela que fixou a remuneração de seus membros, que dependeria de projeto de lei aprovado pelo Legislativo".

A resolução número 7 – disciplina o exercício de cargos e funções de parentes de magistrados, vedando o nepotismo nos tribunais do país – é outra inconstitucionalidade, na visão de Stefanello. Ele reiterou que o CNJ não tem competência legal, nem poderes, para legislar sobre nepotismo. Lembrou que no Rio Grande do Sul existe lei estadual, a respeito, há dez anos. Segundo ele, a Câmara dos Deputados legisla sobre temas de incidência em todos os órgãos federais e as assembléias legislativas, sobre temas estaduais, exceto se a Constituição federal estabelecer a norma.

"Por isso não concordo, não aceito que um conselho venha legislar", reagiu. "O Brasil precisa é de mecanismos que levem a uma melhoria da jurisdição: julgamentos mais rápidos, exeqüibilidade das decisões judiciais, que se cumpra o que o juiz decide. Hoje o juiz decide, mas cabe recurso ao tribunal, do tribunal para o STJ e do STJ para o STF. Então, uma ação que deveria ser resolvida em quatro, cinco meses, leva quatro, cinco anos." A mudança dessa realidade não depende do CNJ. "Depende de legislação e também da ousadia dos juízes", afirmou o desembargador.

Se fosse bem organizado e exercesse funções de fiscalização de administração, o conselho "seria até útil, mas assim como ele está, não é possível", afirmou. Stefanello também não concorda com a expressão do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Roberto Busato, de que os atos administrativos do CNJ, "que não tem poder de legislar nem jurisdicionar, supera a legislação estadual. Eu penso que ele não conhece nada juridicamente do assunto em discussão", argumentou. Sobre o processo do presidente da OAB contra sua pessoa, acrescentou: "Vai jogar pedra numa poça d'água, não alcançará o que pretende".

Sobre o desempenho do presidente do CNJ, ele falou: "Me dou com o ministro Jobim há anos. Tenho divergências homéricas, mas nos damos bem. Ele é idealista, mas parece que, de vez em quando, se excede um pouco. Ele é ministro de um poder de Estado, do STF. Parece que ele ainda está muito envolvido com política partidária".

Pressão de prefeitos sobre o parlamento

Cerca de cem prefeitos gaúchos participam, hoje, de mobilização nacional, em Brasília, que tem por objetivo acelerar a votação de projetos na Câmara de interesse dos municípios. À tarde, os prefeitos terão audiências com o ministro da Fazenda, Antônio Palocci, e com o presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo. "Pretendemos deixar estabelecidas as datas de votação", disse o presidente da Federação das Associações dos Municípios do RS (Farmurs), Mauri Heinrich.

Um dos projetos é o da reforma tributária, que prevê a elevação de 22,5% para 23,5% na base de cálculo do Fundo de Participação dos Municípios. Outro que interessa aos prefeitos é o que estabelece um limite percentual no orçamento para o pagamento dos precatórios. "Com isso, as prefeituras honrariam seus precatórios ao invés de simplesmente não pagá-los", disse Heinrich.

Pleno renovará Órgão Especial

O Pleno do Tribunal de Justiça (TJ) do Estado realizará em 19 de dezembro a eleição para renovação de metade do Órgão Especial, composto por 25 desembargadores que julgam processos de destaque, como mandados de segurança contra os governos estadual e municipal e Adins de leis municipais.

A votação ocorrerá no mesmo dia da escolha da nova direção do TJ para 2006-2007. A eleição será através do voto direto dos 125 titulares do Pleno. O TJ do RS deverá ser o primeiro a realizar o processo, antecipando-se à reforma da Lei Orgânica da Magistratura. "É uma inovação, mas a estabilidade jurídica estará assegurada", disse o presidente do TJ, Osvaldo Stefanello.

Tenda deve reunir 2,4 mil crianças

Cerca de 2,4 mil crianças devem participar até sexta-feira da 2ª Tenda da Criança e do Adolescente. Já iniciaram os trabalhos de montagem das estruturas no Parque Marinha do Brasil, no bairro Praia de Belas.

A Tenda, que teve sua primeira edição durante o Fórum Social Mundial de 2005, tem por objetivo estabelecer discussões e mostrar iniciativas que promovam a erradicação do trabalho infantil. Hoje, na quinta e sexta-feira à tarde e amanhã durante todo o dia, serão realizadas apresentações de ações educativas que visem a retirada de crianças das ruas e de situações de trabalho, já desenvolvidas por organizações não-governamentais.

Hoje pela manhã, após a abertura, serão promovidas oficinas sobre o tema da erradicação do trabalho infantil. Atualmente, no RS, a meta do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil é atingir 12,9 mil crianças que estejam trabalhando.